



Registros cartográficos de uma ocupação: precariedade e potência de vida

Cartographic records of an occupation: precariousness and life potencial

Claudia Maria de Lima Graça¹

Clarissa Rodrigues Gonzalez²

Ana Amália Bloise³

RESUMO

Este artigo analisa narrativas produzidas por moradores da ocupação dos prédios do IBGE-Mangueira, no Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender como sujeitos historicamente marginalizados constroem e performam identidades sociais em contextos de extrema precariedade habitacional. Ancorado na cartografia performativa (2021) como abordagem teórico-metodológica, o estudo resulta de uma imersão de quatro anos no território, durante a qual a produção de dados se deu de forma implicada e processual, por meio de registros em diário cartográfico (Deleuze; Guattari, 1995; Rolnik, 1989/2006). As análises, orientadas pelos conceitos de performatividade (Butler, 1990) e entextualização (Bauman; Briggs, 1990; Silverstein; Urban, 1996), evidenciam que a linguagem opera como ação social, constituindo material e simbolicamente formas de (re)existir. As narrativas examinadas revelam tanto a incidência de estigmas associados à pobreza, àquela ocupação e às identidades associadas a tal território quanto estratégias narrativas que tensionam e reconfiguram esses discursos, produzindo sentidos alternativos sobre moradia, cidadania e pertencimento. Conclui-se que a referida ocupação deve ser compreendida como um território de invenção e potência de vida, e não apenas como espaço de carência.

I Palavras-Chave: Cartografia performativa. Ocupação IBGE-Mangueira. Reexistência. Política habitacional.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), <http://orcid.org/0000-0001-6804-1122>, claudiagraça@medicina.ufrj.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), <http://orcid.org/0000-0002-3521-897X>, gonzalezclariss@gmail.com

³ Instituto Anthropos de Psicomotricidade Somática (IAP), psi@anaamaliabloise.com

ABSTRACT

This article analyzes narratives produced by residents of the IBGE-Mangueira occupation in Rio de Janeiro, aiming to understand how historically marginalized subjects construct and perform social identities in contexts of extreme housing precariousness. Anchored in performative cartography (2021) as a theoretical-methodological approach, the study results from a four-year immersion in the territory. Data production occurred in an implicated and procedural manner through records in a cartographic diary (Deleuze; Guattari, 1995; Rolnik, 1989/2006). The analysis, guided by the concepts of performativity (Butler, 1990) and entextualization (Bauman; Briggs, 1990; Silverstein; Urban, 1996), demonstrates that language operates as social action, materially and symbolically constituting forms of (re)existence. The examined narratives reveal both the incidence of stigmas associated with poverty and that occupation, as well as narrative strategies that tension and reconfigure these discourses, producing alternative meanings regarding housing, citizenship, and belonging. The study concludes that the aforementioned occupation must be understood as a territory of invention and life potential, rather than merely a space of deprivation.

I Keywords: *Performative cartography. IBGE-Mangueira occupation. (Re)existence, Housing policy.*

1. Introdução

“É isso que a gente quer”

Então é isso que a gente quer. A gente quer abrir a torneira e ter um pouquinho d'água. Para lavar a louça, dar um banho. Nosso banho de chuveiro, acho que, acho que as pessoas pedem para ganhar na mega sena, né, eu peço um banho de chuveiro. Porque tá brabo, muito tempo que eu não tomo. É só na canequinha, né, Su, né, Emily? A gente aqui... tem gente que pede os seis números mágicos, a gente quer um banho de chuveiro porque há muito tempo a gente não tem isso. É isso o que a gente quer, cara. A gente não quer aluguel social, perturbar o governo, fazer barricada, nada. A gente quer uma casa, só isso. Criar os filhos da gente, só isso (2020)⁴.

O fragmento acima, extraído de uma das entrevistas realizadas pelo coletivo *Na Ladeira* em parceria com o *Coletivo Pitoresco* para a produção do documentário *Artigo 6º - não queremos virar estatística*, descreve um dos desejos de uma das moradoras da antiga ocupação dos prédios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-Mangueira), situado no bairro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro. Os prédios abandonados pelo órgão público, durante muitos anos, ficaram expostos, servindo de moradia para várias pessoas.

Este trecho evidencia como a invisibilidade da condição precária de vida e a heterogeneidade dos modos de (sobre)viver escondem a ineficiência de políticas

⁴ Transcrição da fala de uma das entrevistadas para a produção do documentário “Artigo 6º - não queremos virar estatística”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rp9v9ZweleI>. Acesso em 02 de março de 2020.

públicas de habitação no Brasil. Há anos, essas políticas não asseguram um princípio fundamental e básico: o direito à moradia, previsto em tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na própria Constituição Brasileira (Brasil, 1988).

De acordo com dados apontados pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos⁵, o Brasil possui cerca de 33 milhões de pessoas sem moradias adequadas, das quais 24 milhões vivem em condições precárias ou não têm onde morar. Com base nesses pressupostos, este artigo busca mostrar, por meio de narrativas/discursos, como moradores de uma ocupação urbana constroem e performam suas identidades sociais.

Ampliando as reflexões sobre o problema exposto, atentamos aos discursos produzidos por sujeitos cartografados durante a imersão no campo vivenciada por uma das autoras, ressaltando como esses discursos foram entextualizados (Bauman; Briggs, 1990), ou seja, descontextualizados e recontextualizados em diferentes práticas narrativas em que os sujeitos de estudo selecionados narram suas próprias histórias e as de outros, construindo narrativamente o mundo ao nosso redor.

Na sessão inicial do artigo, abordamos o caráter desafiador de uma investigação que se vale da cartografia como método de pesquisa. Essa abordagem prioriza o processo de construção do conhecimento em diálogo com a multiplicidade de acontecimentos ao seu redor, reconhecendo a narrativa como performance (Bauman, 1986; Moita Lopes, 2006) e a linguagem em uso como elemento central das práticas sociais. Ressaltamos, também, a inseparabilidade entre o conhecer e o intervir, reconstruindo o papel do pesquisador ou pesquisadora como alguém que atua lado a lado com os sujeitos do estudo, em processos de coprodução mútua e contínua.

Um dos diferenciais deste trabalho é a ênfase dada ao teor performativo da linguagem, ou seja, ao entendimento de que, ao fazer uso da linguagem, estamos atuando ativamente no mundo social. Tal concepção não nos leva apenas a atentar para o que fazemos coisas com palavras (Austin, 1962/1990), mas também para aquilo que as palavras fazem com a gente. Palavras enunciadas, ditas ou escritas, arrastam carga semântica, apontam para determinados sentidos e ideologias, além de produzirem efeitos materiais.

Operar com tal concepção de linguagem pode ofertar uma forma diferenciada de compreender as experiências sociais, especialmente quando combinada com outros instrumentos teóricos e analíticos que, ademais de entenderem a linguagem como ação, também contemplam a conexão entre esferas micro (interações situadas) e macro (ideologias, discursos orientadores). Soma-se a isso um *modus operandi* inovador em termos metodológicos, dado que o processo de realização desta investigação segue a cartilha da cartografia performativa. Segundo tal método, o/a

⁵ Para maiores informações: <https://www.prnewswire.com/news-releases/desigualdade-pessoas-sem-casa-casas-sem-pessoas-por-edmar-lastoria-852708006.html>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

pesquisador/a seria uma espécie de esponja, que suga e absorve conteúdos, que se dilata e expande ao ser atravessado pelos materiais que vai consumindo e produzindo durante todas as etapas de elaboração do texto (pesquisa prévia, imersão em uma dada realidade, inserção em determinados territórios, trocas com sujeitos de estudos e informantes, contato com ambientes e materiais etc.).

Privilegia-se, desse modo, a experiência vivenciada pelo/a pesquisador/a e os atravessamentos múltiplos que a/o afetam, os quais acabam, igualmente, afetando a pesquisa que ele/ela realiza. De fato, a pesquisa vai ganhando forma em meio a tais atravessamentos. De modo complementar, manejamos ainda os conceitos de performatividade (Butler, 1990), que será abordado mais adiante, e entextualização (Bauman; Briggs, 1990; Silverstein; Urban, 1996), formando uma base teórico-analítica sólida para explorar as múltiplas realidades e pontos de vista emergentes neste estudo.

Na próxima seção, apresentamos uma breve contextualização sobre o espaço da ocupação do IBGE-Mangueira. Em seguida, compartilhamos as narrativas cartografadas que revelam como alguns(mas) moradores(as) conferiram materialidade às suas vidas naquele território. Também discutimos como os arranjos pessoais, sociais e políticos presentes na ocupação, juntamente com os projetos de vida dessas pessoas, alimentavam a esperança de conquistar, um dia, o direito a uma moradia digna.

Por fim, nas considerações cartográficas com as quais concluímos este artigo, debatemos as possíveis implicações do estudo realizado, destacando o modo como significados emergentes e fatores sócio-históricos se entrelaçam na criação de desigualdades, nas experiências vivenciadas sob condições de extrema precariedade e no aumento da violência. Refletimos também sobre a vulnerabilidade de um grupo de pessoas que, apesar de “não serem exatamente reconhecíveis como sujeitos” (Butler, 2015: 17), continuam insistindo em ser reconhecidas como tais — ou melhor, resistem a esse não reconhecimento.

2. Cartografia performativa: metodologia que amalgama o gesto cartográfico e a produção da linguagem com o mundo social e as experiências nele existentes

“Palavras não deram conta de explicitar a multiplicidade de afetos experimentados por mim na convivência com os informantes desta cartografia. Cartografar as falas, os cenários e as pequenas histórias contadas exigiram transformações significativas na minha ótica sobre a dignidade de todas as vidas, especialmente sobre aquelas com as quais eu produzi encontros...” (2020: 32)

O excerto acima refere-se às afecções traduzidas em emoções, palavras e textos registradas no diário cartográfico⁶ utilizado por uma das pesquisadoras que assina este artigo para registrar suas experiências no território. Este diário documentou registros/impressões sobre as formas de vida, as informações encontradas, as conversas, as incursões ao território, os momentos compartilhados e o impacto das intensidades vividas durante os encontros, que atravessaram tanto a pesquisadora quanto o processo investigativo, ambos imersos no mundo, ambos atravessados pela perspectiva do sujeito pesquisador in-mundo⁷ e pelo modo como este se vê afetado pelo entorno sobre o qual se debruça, pela forma como adentra e é adentrado pela pesquisa que realiza, por suas partes constituídas e constituidoras.

Na cartografia performativa, o “diário cartográfico” se diferencia do “diário de campo”, utilizado nas pesquisas etnográficas, e funciona como uma ferramenta que possibilita registrar emoções, experiências e encontros de forma criativa, ampliando as possibilidades de expressão e compreensão dos acontecimentos. O uso do diário cartográfico se fundamenta nos estudos feitos pelos filósofos Deleuze e Guattari (1995) e Rolnik (1989/2006), que designam o diário cartográfico como um dispositivo utilizado para a construção de relatos das afecções produzidas nos encontros instigados por um dado processo de investigação, onde cada participante pode utilizar qualquer recurso para expressar os efeitos das suas afecções: textos, fotos, músicas, telas, imagens, poesias, dentre outras formas de expressão.

O termo “in-mundo” na cartografia performativa descreve um/a pesquisador/a que se envolve profundamente com seu objeto de estudo, permitindo-se ser amplamente influenciado/a e transformado/a por ele. A imersão e interação direta é essencial para gerar conhecimentos mais vivos e significativos, fortalecendo as relações de saber e poder. Para esta perspectiva, a implicação é intrínseca à produção do conhecimento, que exige a construção da investigação em ato: “ela se dá in-mundo, na invasão e na vazão do sujeito/objeto implicado ao sujeito epistêmico” (Abrahão *et al.*, 2013: 136). A construção do conhecimento se processará como ativadora e produtora de intervenção na vida, neste tingimento do(a) pesquisador(a) com o campo, sendo a vida concebida aqui como “algo capital, a vida como produção e expressão de subjetividades” (Gomes; Merhy, 2014: 156-157).

A cartografia performativa, enquanto método, deve ser empregada para problematizar diferentes formas de composição, especialmente por sua natureza qualitativa, processual, experiencial e interpretativa (2020). Ela é particularmente útil em pesquisas que valorizam o acompanhamento de percursos, a implicação pessoal do/a pesquisador/a na coleta de dados e a conexão de redes ou mapas fluidos. Para

⁶ Essa definição de diário cartográfico foi construída com base nas considerações do movimento Educação Permanente em Saúde (EPS, 2014). Disponível em: <http://eps.otics.org/>. Acesso em 29 de maio de 2023.

⁷ Termo utilizado por Ricardo Moebus, pesquisador-doutor da Linha de Pesquisa Micropolítica do Trabalho em Saúde da UFRJ, durante uma discussão sobre metodologia para designar a implicação do pesquisador com o objeto (04/10/2012). Para maiores informações, consultar: Abrahão *et al.* (2013) e Gomes e Merhy (2014).

tal método, o processo de geração dos dados se liberta de qualquer carga meramente representacional, sendo construído de modo “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Deleuz; Guattari, 1995: 21). Deve-se destacar, ademais, que a abordagem cartográfica proposta é performativa (Austin, 1962/1990), uma vez que entende o gesto cartográfico como produção de linguagem, como uma ação que reverbera no mundo social.

Tendo-o em tela, nosso estudo deriva da construção de um mapa cartográfico pautado por uma visão performativa que não contemplou apenas as relações sociais e políticas existentes, mas também os efeitos materiais produzidos durante o mapeamento das inúmeras entextualizações de narrativas e discursos oriundos das interações com moradores da ocupação dos prédios do IBGE, no bairro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos quatro anos que durou a pesquisa.

Em face ao grande volume de dados gerados, fez-se necessário um recorte. A análise das narrativas e discursos concentrou-se em examiná-los e em selecionar os fragmentos textuais considerados mais impactantes do ponto de vista social e narrativo. Foram privilegiados aqueles que denunciavam algumas das situações-limite vivenciadas por moradores da ocupação, assim como aqueles que abordavam seus anseios, preocupações e questionamentos. Sem nos restringirmos aos aspectos monomodais dessas práticas discursivas, ou seja, aos enunciados aqui entendidos em sentido estrito, tratamos de focar o modo como os múltiplos recursos semióticos mobilizados nas interações examinadas performativamente construíam as experiências ali vivenciadas, a ocupação e seus moradores.

A concepção de performatividade empregada neste estudo ajuda a entender o protagonismo da linguagem na produção de conhecimento e na compreensão das experiências sociais vividas e entextualizadas a partir do diário cartográfico. Inspirada por Austin (1962/1990), Butler (1990) propõe a noção de performatividade, que dirige nosso olhar para o modo como o sujeito, nas práticas sociais nas quais se engaja, pode reiterar discursos e performances já aceitas e sedimentadas socialmente ou, em contrapartida, desafiar o *stabilishment*, tensionando as estruturas sociais. Assim, a linguagem é vista como uma ferramenta que possui potencial de exceder os sentidos inicialmente atribuídos a determinadas práticas, abrindo espaço para múltiplas interpretações e reconfigurações.

Neste contexto, nosso artigo propõe uma abordagem que considera as ações corpóreo-discursivas como redes de práticas que coexistem em fricção, reforçando, ampliando, justificando, questionando ou desafiando estigmas presentes nas práticas sociais. A referência a Butler (1997) reforça a ideia de que os sentidos sociais são construídos e reconstruídos por meio de ações performativas, que podem tanto reproduzir quanto subverter estigmas, ou seja, sentidos engessados que marcam socialmente os sujeitos sob os quais recaem.

O já citado conceito de entextualização é uma ferramenta teórica fundamental na análise de como os textos circulam, se repetem e se transformam na sociedade. Esse conceito nos ajuda a compreender fenômenos sociais ao investigar a produção, a difusão e a rearticulação dos discursos, contribuindo para a reflexão sobre as dinâmicas de poder, identidade e resistência presentes nas práticas sociais.

Segundo estudiosos da Antropologia Linguística, como Silverstein e Urban (1996), a entextualização envolve a capacidade de textos de se descontextualizarem e se recontextualizarem. Bauman e Briggs (1990) destacam que textos possuem uma relação intrínseca com seus contextos, ainda que possam ser removidos deles e trasladados a novos contextos. Dito de outra forma: textos, ou fragmentos de textos, podem ser deslocados de um determinado contexto interacional e reinseridos em outros ambientes comunicativos. Esse movimento é descrito como o processo de tornar o discurso extraível, formando uma unidade textual que, ao circular, pode se metamorfosear e levar a reinterpretções textuais e contextuais. Fabrício (2016) reforça essa ideia ao afirmar que textos têm uma natureza móvel, sendo inseridos sucessivamente em novos contextos semióticos, existindo e se reconfigurando enquanto circulam. Guimarães e Moita Lopes (2016) ressaltam também que, graças à repetição discursiva impulsionada pela circulação textual, novos sentidos podem ser atribuídos a discursos sedimentados na cultura, já que a ação de realocar discursos sempre ocorre de maneira diferente, promovendo a criação de significados variados e dinâmicos.

Dadas as razões elencadas, compreendemos que a noção de entextualização, por nos convidar a contemplar os efeitos performativos que a circulação textual projeta, em meio a contínuos processos de descentralização, atualização e reconfiguração (con)textual, torna-se a ferramenta mais apropriada para o desenvolvimento desta investigação, atenta ao modo como narrativas e discursos sobre a ocupação do IBGE-Mangueira e seus moradores circulam, se modificam e influenciam as práticas sociais, revelando as relações de poder, construções identitárias e estratégias de resistência que esses processos mobilizam.

Na próxima seção, analisaremos o modo como os nossos sujeitos de estudo, moradores da ocupação do IBGE-Mangueira, “enquadram, recebem, respondem, refutam, enfim, como aderem” (Silva, 2014: 69), a discursos que circulam pelo território em questão, os quais lhes atribuem determinada identidade social. Porém, convém destacar, antes nos debruçarmos sobre trajetórias de vida de tais moradores, que o presente estudo integra o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa⁸ (CEP) do HUCFF da UFRJ, sob o parecer substanciado nº CAAE: 21897513.5.0000.5257, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

⁸ Para mais informações: <https://www.hucff.ufrj.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>.

3. Estado: construtor de ruínas e de novas formas de habitabilidade - contexto cartográfico

Quando eles largaram esse lugar, deixando tudo bonito, uns vagabundos entraram para roubar. Mas muitos moradores da Mangueira também vieram pegar coisas que pudessem ser usadas nas suas casas. Pegaram portas, janelas, aquele negócio que dá luz no teto. Eu também vim ver o que eu podia levar para melhorar o meu barraco. Aí vi que aqui era melhor que lá. Aqui eu e os meus filhos poderíamos ter um teto, que a chuva não ia pegar a gente. Aí, peguei as minhas coisas, e vim morar aqui⁹.

No excerto entextualizado acima, retirado das anotações do diário cartográfico, tem-se o relato feito por uma moradora a respeito dos acontecimentos vivenciados por ela na época em que o IBGE abandonou definitivamente os prédios da Mangueira. Em uma conversa informal com a pesquisadora, Dona Lurdes¹⁰ contou que era moradora do morro da Mangueira desde a década de 1990 e que, com o abandono dos edifícios do IBGE-Mangueira no ano de 2002, passou a ter um “novo endereço”.

A narrativa da moradora indica um dos efeitos do processo de urbanização da cidade, marcado por políticas higienizadoras, capitalistas e expansionistas. Nos últimos séculos, o Rio de Janeiro foi palco de contínuas e variadas formas de ocupações territoriais e transformações dos espaços urbanos, que afetaram não apenas o bairro da Mangueira, mas que também contribuíram, de maneira mais ampla, para a ocupação dos morros da cidade, a ampliação do número de ocupantes das favelas, a expansão dos subúrbios e a reconversão de imóveis abandonados em espaços de moradia.

O contexto deste estudo refere-se à situação do imenso patrimônio público abandonado pelo IBGE no fim do século XX, no bairro da Mangueira. Tal abandono ocorreu devido ao aumento de assaltos aos transeuntes do bairro, aos roubos às empresas, aos residentes e também ao alto investimento financeiro que o IBGE deveria fazer para adaptar as salas existentes nos prédios aos novos equipamentos de alta tecnologia necessários para a realização das pesquisas que o órgão empreendia.

A partir da desocupação total dos prédios pelo órgão público federal, famílias oriundas do morro da Mangueira e de outras regiões do estado e da cidade passaram a ocupar os prédios abandonados pelo Instituto, arriscando suas vidas e levando para lá os poucos bens que possuíam. De forma gradativa e improvisada, o local passou

⁹ Anotações do diário cartográfico feito pela pesquisadora durante encontro com a Dona Lurdes na ocupação. Todos os nomes citados neste trabalho, exceto os extraídos de conteúdos divulgados nos sites pesquisados, são ficcionais, tendo em vista a necessidade de proteger o anonimato das pessoas envolvidas. As falas dos moradores que aparecerem neste estudo foram reconstruções feitas pela pesquisadora das experiências, encontros e conversas em trabalho de campo e que compuseram o diário cartográfico da pesquisa.

¹⁰ Reiteramos que todos os nomes citados neste trabalho, exceto os extraídos de conteúdos divulgados nos sites pesquisados, são ficcionais e inventados pela pesquisadora.

a ser ocupado por pessoas que perceberam nos corredores e andares vazios dos prédios ociosos a possibilidade de desfrutarem de um abrigo. Muitas se encontravam desempregadas ou subempregadas, sem condições de pagar aluguel, sem moradia ou até mesmo em situação de rua.

Prédios que serviram à produção e análise de informações estatísticas; coordenação e consolidação das informações geográficas, ambientais, dentre outras atividades, passaram por transformações nas suas edificações provocadas pela ocupação, por pessoas em busca de proteção e espaços para moradia. Sob os olhares dos vizinhos e sem nenhum tipo de vigilância ou segurança por parte do seu proprietário, os prédios do IBGE, que pertenciam à União, localizados na principal rua do bairro da Mangureira, sofreram danos nas suas instalações, ficando com a estrutura completamente exposta e decadente, com lixo, sujeira e buracos por todos os lados. As pessoas que se instalaram ali viviam em condições insalubres, sem luz e sem água.

Na virada do século, o bairro da Mangureira experienciou o aumento de uma nova forma de ocupação para moradia no seu território, fomentando um híbrido de vidas, de práticas criativas, de desejos, de tomadas de decisão, de autogoverno. Essas práticas instauraram alternativas de sobrevivência às repressões, às remoções, aos despejos e à extrema vulnerabilidade de vidas que, em meio à precariedade, agarram-se à esperança de um futuro possível.

Ao longo da pesquisa cartográfica realizada, a pesquisadora que adentrou o território, pela convivência com os moradores do bairro (as “crias da Mangureira”) e os da ocupação, pelas narrativas produzidas nos/pelos encontros, pode perceber que as relações entre os diferentes habitantes daquele território eram marcadas por arranjos sociais entre eles, tacitamente estabelecidos, que regulamentavam a convivência social naqueles espaços em que o Estado mostrava-se ausente. Tal ausência deixava o ordenamento de tais espaços nas mãos dos que ali residiam.

Ser morador da ocupação do IBGE-Mangureira parecia estabelecer, simbolicamente, um teor inferiorizante que colocava os sujeitos que ali residiam em um degrau abaixo, na hierarquia social daquele entorno, com relação aos moradores do bairro da Mangureira. O elevado grau de consciência metapragmática sobre os efeitos das performances discursivo-identitárias de tal reconhecimento e identificação se fazia notar no modo como os moradores do IBGE-Mangureira pareciam estar cientes dos estigmas que tal reconhecimento e identificação poderiam projetar. Dito isso, é importante ressaltar que esta cartografia entende a “identidade” como produto de semioses que advêm de nossos discursos e ações, dos nossos posicionamentos, da maneira como produzimos sentidos acerca do que performamos socialmente e do que os outros performam para nós nas interações das quais participamos.

À luz do exposto, traçamos a seguir, trajetórias de pessoas que têm sido historicamente negligenciadas pelo Estado, incapaz de assegurar-lhes direitos e garantias fundamentais, constitucionalmente estabelecidos, como o direito à moradia. Para isso, entextualizamos narrativas oriundas de encontros e interações com os/as moradores/as com os quais a pesquisadora conviveu e que a levaram a intensas reflexões sobre como modos de habitabilidade singulares emergem em meio a ruínas e ao abandono arquitetônico. Nosso foco é debater como alguns/algumas moradores/as da ocupação do IBGE-Mangueira reconstruíram seus discursos, suas identidades, existências e lutas pela sobrevivência ao narrarem suas histórias de vida.

4. Histórias de quem vive nas ruínas

Esta seção é um convite à reflexão sobre o tema em questão (formas de re-existir socialmente) por meio do compartilhamento de histórias de quem vive nas ruínas de uma cidade que abandona grande parte de seus cidadãos à própria sorte. Convém salientar que todas as narrativas a serem apresentadas são entextualizações extraídas do diário cartográfico produzido pela pesquisadora que adentrou o território e remetem a situações vivenciadas por moradores do IBGE-Mangueira e/ou pessoas daquele entorno. Nelas, podemos observar como os moradores se constroem discursiva e identitariamente ao falarem sobre seu modo de viver no interior da ocupação, seus desejos e as estratégias que criam para lidar com os desafios diários e as expectativas que enfrentam na busca por uma forma mais digna de viver.

Ressaltamos ainda que, além das falas dos moradores da ocupação, outros discursos, como os dos profissionais da CFDZ e o da própria pesquisadora, aparecerão também na escrita cartográfica. Essas inserções têm o propósito de enriquecer a compreensão dos leitores sobre conversas e experiências vivenciadas na ocupação e de ampliar percepções sobre o território do IBGE-Mangueira e as práticas sociais nas quais os moradores desse território se engajam.

5. Trajetória discursiva 1: *Angélica: “ela gostava de dar filhos aos seus homens”*

Hoje eu conheci a filha de Dona Lurdes, a Angélica. Ela tinha tido filhos gêmeos e eu acompanhei a equipe da CFDZ em uma visita domiciliar para o atendimento clínico das crianças. Angélica morava com o seu companheiro e os nove filhos no terceiro andar do prédio mais alto. A sua casa era demarcada por paredes de aproximadamente um metro de altura, que em um dos lados dava para um corredor que servia de acesso a outros moradores.

A porta, ou melhor, o local que funcionava como entrada da casa, era delimitado por uma poltrona. Internamente, Angélica possuía uma televisão que funcionava com o gato de luz, três camas de solteiros e uma de casal. Havia também um armário sem portas, cheio de roupas jogadas.

Nesse dia, durante a visita domiciliar, além da Angélica e dos gêmeos, estava presente o seu companheiro, que se encontrava deitado na cama vendo televisão. Quando nos viu, ele fez um aceno com uma das mãos e continuou na posição em que estava.

Angélica estava amamentando os filhos no momento em que chegamos. Ela nos recebeu de forma hospitaleira e ficou toda feliz com a visita. Fui apresentada pela ACS e Angélica me relatou que já me conhecia. Já tinha me visto lá e me conhecia da Vila Olímpica. Ela me disse que uma filha fazia natação e me viu por lá. Durante a amamentação, Angélica conversou com a gente o tempo todo. Relatou que achava que o seu leite estava mais fraco porque os filhos choravam toda hora para mamar. Ao ser perguntada se ela estava se alimentando bem, ela riu e respondeu: “quando dá, né?”. Minha mãe tem ajudado a gente com comida porque aqui está todo mundo sem dinheiro, sem trabalho, sem nada. Falou rindo.

A enfermeira fez as inspeções clínicas, registrando as suas observações. Pontuou para Angélica que ela ia agendar com o médico da CFDZ uma consulta para ela e os filhos. E pediu que ela falasse para a mãe comprar arroz e feijão. Esse pedido foi em razão de ela visualizar no canto do fogão um bocado de macarrão. Na casa da Angélica, todos os seus pertences ficavam à mostra. Roupas se misturavam com alimentos, com sapatos etc. Após a fala da enfermeira, Angélica riu e disse que eles gostavam muito de macarrão. E que era mais fácil de cozinhar pois gastava menos gás.

AACS deu uma bronca nela, dizendo que ela mesma já tinha alertado que poderia conseguir uma ajuda para o gás e que isso não era desculpa. Um novo sorriso compareceu no rosto da Angélica e, nesse momento, seu companheiro a olhou. Nos despedimos e tomamos o rumo da clínica.

Durante o trajeto, a enfermeira me relatou que Angélica já vinha sendo orientada em relação a usar métodos contraceptivos. Mas, segundo a profissional, o relato de Angélica à equipe de saúde é que “ela gostava de dar filhos aos seus homens”. Dando continuidade ao seu relato, a enfermeira disse que o atual parceiro da Angélica não trabalhava e vivia às custas da pouca ajuda que a Dona Lurdes dava à filha e às/aos netos. “Para mim, é um sem-vergonha. A gente já conseguiu trabalho para ele como faxineiro na Vila, mas não ficou nem uma semana. E aí, vive como você viu, deitado”.

AACS me relatou que Angélica foi morar na ocupação porque a mãe a levou. Antes, morava em uma área do morro da Mangueira em piores condições do que eles vivem hoje¹¹ (2020).

¹¹ Anotações feitas do diário cartográfico da pesquisadora.

Ao extrairmos o excerto acima do diário cartográfico e fazermos o movimento de descontextualização e recontextualização citado por Silverstein e Urban (1996), entramos em contato com novos sentidos projetados pelo texto escrito após o encontro vivido pela pesquisadora.

No caso acima, a protagonista da história é uma mulher que, envolta na organização da sua casa, acolhia nas suas mamas as novas vidas geradas em seu ventre (*Angélica estava amamentando os filhos no momento em que chegamos*). Ela não ficou incomodada com a presença da pesquisadora entre os profissionais da clínica e ainda a surpreendeu ao narrar que a conhecia (*Já tinha me visto lá e me conhecia da Vila Olímpica. Ela me disse que uma filha fazia natação e me viu por lá*). Ao reler esse depoimento, podemos perceber o quanto a presença da pesquisadora nos territórios da Vila Olímpica da Mangureira, na CFDZ, no morro da Mangureira e na própria ocupação era notada e naturalizada entre os moradores.

Durante a consulta realizada, pode ser notada uma relação embasada pelo cuidado e carinho entre a enfermeira e Angélica, que se sente à vontade para relatar à profissional a sua visão sobre a qualidade do leite que estava produzindo (*achava que o seu leite estava mais fraco porque os filhos choravam toda hora para mamar*). Tal análise provavelmente toma como parâmetro as experiências de uma mulher que já amamentou outros filhos.

Como descrito no diário, o bom humor da moradora se manteve presente durante toda a visita, não tendo sido abalado nem quando ela foi orientada a mudar sua alimentação (*Pedi que ela falasse para a mãe comprar arroz e feijão. Esse pedido foi em razão de ela visualizar no canto do fogão, um bocado de macarrão*). Tampouco sofreu abalos ao receber a bronca da ACS (*deu uma bronca nela, dizendo que ela mesma já tinha alertado que poderia conseguir uma ajuda para o gás e que isso não era desculpa*). Aqui é necessário ratificar o quanto a ACS¹² desempenhava um papel importante para os moradores da ocupação. Ela mantinha com cada morador uma relação pautada pela gentileza e pelo carinho. Durante a imersão no território, foi possível observar que a relação dela com os residentes extrapolava as responsabilidades profissionais do cargo que possuía na CFDZ. Em muitos momentos, como o descrito no excerto acima, sua familiaridade para com eles, posicionava-a como alguém tão próximo que teria aval para “dar bronca”.

Como relatado, a enfermeira constrói um discurso pautado por práticas biopolíticas (Foucault, 1976/1988), isto é, controles e protocolos de gestão presentes nas formações dos profissionais de saúde no Brasil e também nos programas e ações

¹² De acordo com a Lei no 11.350/2006, de 05 de outubro, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

de cuidado da saúde instituídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no que se refere às orientações com relação ao uso de métodos contraceptivos, como foi feito pelos profissionais da CFDZ com a Angélica. Mas, em seguida, ao apontar o seu ponto de vista sobre a atitude tomada por Angélica (*ela gostava de dar filhos aos seus homens*), a fala da enfermeira indexicaliza um discurso que respeita a autonomia do outro, que acolhe as decisões tomadas pelo outro, o que, na nossa leitura, aponta para uma relação de caráter horizontal, em que as diferenças hierárquicas entre a enfermeira (detentora de um saber técnico) e Angélica (usuária do SUS) são amenizadas pela escuta qualificada e respeito, o que contribui para a manutenção de um bom vínculo entre a profissional e a referida moradora da ocupação.

É perceptível a avaliação que a enfermeira fez sobre a situação de vida da usuária (*o atual parceiro não trabalha e vive às custas da pouca ajuda que a Dona Lurdes dá à filha e aos netos. Para mim, é um sem-vergonha. A gente já conseguiu trabalho para ele como faxineiro na Vila, mas não ficou nem uma semana. E aí, vive como você viu, deitado*). O fato de a Angélica ter como parceiro um homem que não cumpre com o papel que a sociedade espera dele – sustentar a família, trabalhar, ser proativo etc. – é entextualizado em forma de crítica durante o retorno à clínica. No percurso, a ACS relatou a história de vida de Angélica e dos filhos. Sem romantizar, a profissional esclarece que a situação deles hoje na ocupação é bem melhor do que a de antes, quando eles moravam em um outro espaço. Na visão da agente de saúde, apesar da precariedade das condições atuais, eles estão em melhores condições (*Angélica foi morar na ocupação porque a mãe a levou. Antes, morava em uma área do morro da Mangueira em piores condições do que eles vivem hoje*).

6. Trajetória discursiva 2: Antenas: boletos de existência

Um exemplo dos modos de (re)ordenação das sociabilidades dos moradores na ocupação tornou-se mais claro quando foi esclarecida a função das antenas existentes em algumas janelas do prédio mais alto da ocupação. Apesar do modo como o espaço da ocupação era negligenciado e invisibilizado pelo Estado, do preconceito que segregava os moradores do IBGE-Mangueira, das condições precárias e insalubres em que viviam, era notória a potência criadora de alguns desses ocupantes. Em outras palavras, rompendo com o estigma da abjeção imposto, alguns moradores adquiriram planos de serviços de telefonia móvel, internet e TV por assinatura para poderem ter acesso aos boletos bancários que comprovassem o endereço de residência deles.

De acordo com as narrativas dos moradores, a comprovação do endereço de residência os auxiliava na busca de empregos, no recebimento do auxílio-desemprego, no direito ao auxílio transporte e na comprovação de que se era “um/uma cidadão/cidadã do bem”. Por isso, apesar de terem “gatos” na eletricidade e no acesso à água, na ocupação existia uma regra: *“nenhum morador tinha autorização para fazer gato*

com a antena do outro”¹³. Essa regra era respeitada por todos, pois o morador da ocupação, ao adquirir uma antena por um plano privado, tinha que arcar com suas despesas mesmo tendo fontes de remuneração muito reduzidas.

Mais uma vez, presenciemos o quanto a luta pela sobrevivência gerou uma busca por soluções para diferentes problemas enfrentados por alguns residentes que, por meio da aquisição dos serviços ofertados por operadoras de telecomunicações privadas, buscavam “o reconhecimento da sua existência social”. De posse do comprovante de residência, os moradores da ocupação poderiam lutar por conquistas junto às instituições privadas (busca de empregos) e aos órgãos governamentais (busca de direitos). Igualmente convém pontuar que as “antenas” apontavam para 1) práticas de autogestão e sociabilidade que prosperavam em meio aos destroços dos prédios abandonados do IBGE, 2) para as dimensões frágeis e necessárias à resistência dessas vidas, 3) para o modo como acordos tácitos e éticos se mantinham apesar da extrema precariedade daquele espaço, viabilizando a convivência social entre os seus ocupantes sem que para isso fosse necessária a presença institucionalizada de figuras de autoridade e manutenção da ordem (polícia, juízes etc.).

Durante o período de realização deste estudo, o único serviço que não exigia um comprovante de residência para a prestação de serviços ofertados à população eram os de saúde prestados pela CFDZ. No registro da clínica, todos os cadastrados tinham como endereço o local da ocupação, mesmo sem terem como comprovar residência lá¹⁴.

Na releitura das escritas registradas no diário cartográfico da pesquisadora, histórias contadas por várias pessoas nos fizeram refletir sobre as performances narrativas dos sujeitos de estudos, o que envolveu a recontextualização de falas, movimentos, gestos, situações compartilhadas e trajetórias de vida que reinventam novas formas de ser e estar no mundo social, além de recriarem espaços urbanos e residenciais, ao mesmo tempo em que conviviam com a insatisfação dos moradores da Mangureira.

As transformações da infraestrutura do espaço, cada vez mais visível aos transeuntes da principal rua do bairro, misturava-se à fluidez dos moradores, uma vez que a ocupação servia para alguns moradores apenas como dormitório. Desse modo, economizavam nas despesas com transportes em seus deslocamentos pela cidade, como narrado por Antônio, cuja história será compartilhada à continuação.

¹³ Frase dita por um morador da ocupação e retirada de anotações de meu diário cartográfico (fevereiro de 2016).

¹⁴ O comprovante de residência faz parte da documentação exigida para o cadastro como usuário da clínica da família por este comprovar a moradia no território de responsabilidade da unidade.

7. Trajetória discursiva 3 “Na mochila eu carrego a minha semana”

Eu, minha mulher e minha filha morávamos na favela do Metrô-Mangueira quando os policiais chegaram com as máquinas, colocando a gente para fora da nossa casa.

Na época, minha filha era pequena, eu estava desempregado e a minha mulher sustentava a casa com as faxinas que ela fazia. Quando vimos que a nossa casa ia ser demolida, eu e ela pegamos o que a gente tinha de maior valor e corremos para cá. Os moradores daqui nos receberam com muito carinho e ajudaram a arranjar um cantinho para nós.

A prefeitura pegou os meus dados e eu fui cadastrado para conseguir um lugar para morar. E aí eles nos deram um aluguel social por um tempo e depois fomos para a nossa casa. Nós moramos em Cosmos, você conhece? É muito longe daqui. É muito longe do lugar que eu trabalho e para economizar na passagem eu durmo aqui de segunda a sexta. Depois que saio do trabalho na sexta feira, vou direto para a minha casa e passo o fim de semana com elas, minha mulher e minha filha.

Mas, Cláudia, as pessoas daqui não são tão boazinhas como parecem. Depois que ficaram sabendo que a gente tinha recebido a casa da prefeitura, eles mudaram comigo. Muitos acham que eu continuo morando aqui para conseguir outra casa. Já até ouvi que quando a prefeitura vier aqui para fazer o cadastro eles vão me dedurar.

Eu só tenho o meu colchão aqui e ando com as coisas que eu preciso na semana dentro da minha mochila que vai comigo para o trabalho. Eu faço isso para poder economizar o dinheiro com as passagens. Na mochila, eu carrego a minha semana¹⁵.

Antônio trabalhava em uma empresa que prestava serviços à Prefeitura. O seu relato retrata a realidade de muitas pessoas que não conseguem retornar às suas casas depois de um dia de trabalho e que acabam dormindo pelas ruas da cidade para economizarem o valor das passagens. Em sua fala, continuar a viver na ocupação ganhou um novo sentido para ele e sua família depois que conquistaram a casa própria. Ele precisou adotar essa estratégia em razão do baixo salário, que não cobria despesas básicas, como o transporte.

O relato é de extrema relevância para refletirmos sobre uma história de vida atravessada por desigualdade social e econômica. No seu discurso, a ideia de sobrevivência estava presente em atos e decisões (*quando vimos que a nossa casa ia ser demolida, eu e ela pegamos o que a gente tinha de maior valor e corremos*

¹⁵ Anotações do diário cartográfico.

para cá). Sua fala mostra como uma parcela da população brasileira, trabalhadora e mais pobre, vive e é submetida às dinâmicas imobiliárias presentes em programas habitacionais, como é o caso do Minha Casa Minha Vida (MCMV), que empurra os mais pobres para longe dos centros urbanos, reforçando um movimento excludente de uma parcela da população (*a prefeitura pegou os meus dados e eu fui cadastrado para conseguir um lugar para morar. E aí, eles nos deram um aluguel social por um tempo e depois fomos para a nossa casa. Nós moramos em Cosmos, você conhece? É muito longe daqui*).

No caso do Antônio, a casa do MCMV que ele e sua família conquistaram fica no bairro Cosmos, situado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, que está a 60 quilômetros do centro da cidade e da sede da empresa em que ele trabalha. O seu relato evidencia a estratégia por ele criada, mesmo que de forma provisória, para superar os limites das condicionalidades da distância entre o trabalho e a casa em que reside com a sua família (*para economizar na passagem, eu durmo aqui de segunda a sexta. Depois que saio do trabalho na sexta feira, vou direto para a minha casa e passo o fim de semana com elas, minha mulher e minha filha*). Eis aí a solução que ele encontrou para adaptar a sua rotina às contingências que se apresentam: salário defasado, transporte caro, residência em bairro periférico, trabalho no centro da cidade.

Ao perguntar à pesquisadora se ela conhecia o lugar onde ele e sua família moravam (Cosmos), Antônio a identifica como alguém que ocupa um lugar diferente do dele em questão de classe e posição social, além de inferir que alguém como ela provavelmente não conheceria Cosmos, nem a distância entre esse bairro e o centro da cidade (*nós moramos em Cosmos, você conhece? É muito longe daqui*). Em seguida, Antônio narra, com desapontamento e tristeza, a mudança de atitude por parte de alguns moradores da ocupação com respeito a ele (*mas, Cláudia, as pessoas daqui não são tão boazinhas como parecem*).

Ao projetar os moradores como pessoas que “*não são tão boazinhas como parecem*”, ele faz um juízo de valor, mas não pondera as razões que teriam levado esses moradores a mudarem de comportamento para com ele (*depois que ficaram sabendo que a gente tinha recebido a casa da prefeitura, eles mudaram comigo. Muitos, acham que eu continuo morando aqui para conseguir outra casa*). Talvez porque ele desconheça que os moradores mais antigos da ocupação do IBGE-Mangueira acreditavam que receberiam suas casas quando o governo construiu dois condomínios do MCMV no morro. Algumas pessoas que já viviam no IBGE-Mangueira apostavam que, quando os prédios ficassem prontos, eles seriam transferidos para os apartamentos. Mas, isso não aconteceu.

Considerações finais

Em nossa pesquisa cartográfica, concebemos o corpo como processo, rasgo, dobra, como aquilo que se faz enquanto as circunstâncias tratam de desfazê-lo. Corpos que habitam as fronteiras urbanas que tomamos como objeto de estudo são como antenas: captam o que o Estado não sente, traduzem o que a cidade não quer ouvir ou ver. São corpos que performam resistência, persistência, novas formas de resistir e existir, que enfrentam as adversidades com criatividade. São corpos que, com seus gestos de luta, aparentemente pequenos, mostram-se capazes de mover placas tectônicas porque o corpo que se lança é sempre maior que o abandono que o cerca. Goteja futuro mesmo quando o presente é seco.

Este artigo teve como objeto de análise as narrativas e práticas discursivas produzidas por moradores da ocupação dos prédios do IBGE-Mangueira, no Rio de Janeiro, buscando compreender como sujeitos historicamente negligenciados pelo Estado constroem, performam e negociam identidades sociais em contextos marcados pela precariedade extrema e pela ausência de políticas públicas efetivas de habitação. Partindo de uma abordagem qualitativa, processual e implicada, ancorada na cartografia performativa (2021), este estudo acompanhou percursos, encontros e atravessamentos que se deram ao longo de quatro anos de imersão no território, reconhecendo a inseparabilidade entre conhecer, narrar, ser, estar, reexistir e intervir.

Ao longo da investigação, evidenciou-se que a ocupação do IBGE-Mangueira não pode ser compreendida apenas como um espaço de carência material ou como um “problema urbano”, mas sim como um território vivo, atravessado por múltiplas formas de reexistir e de estar no mundo. As narrativas entextualizadas a partir do diário cartográfico revelaram modos singulares de habitar as ruínas do capitalismo (Tsing, 2015), de reorganizar sociabilidades e de produzir sentidos sobre si e sobre o mundo, tensionando discursos estigmatizantes que frequentemente reduzem esses sujeitos à condição de abjeção ou os relegam à invisibilidade social.

O percurso metodológico adotado permitiu observar que a linguagem, compreendida aqui em seu caráter performativo (Austin, 1962/1990), não apenas descreve experiências, mas as constitui material e simbolicamente. Os fragmentos de histórias de vida analisados mostram como atos discursivos, gestos, arranjos cotidianos e estratégias de sobrevivência operam como práticas políticas, por meio das quais os moradores da ocupação reivindicam reconhecimento, dignidade e pertencimento. Nesse sentido, a cartografia performativa mostrou-se potente como método que direcionou nosso olhar para a complexidade dos fenômenos investigados, justamente por recusar leituras totalizantes e por privilegiar o acompanhamento dos processos em sua dimensão afetiva, ética e micropolítica.

A hipótese que orientou este estudo — de que as narrativas produzidas pelos moradores da ocupação funcionam como performances identitárias capazes de

desafiar discursos hegemônicos sobre pobreza, precariedade, moradia e cidadania — encontrou respaldo nas análises realizadas, ainda que não possa ser reduzido a uma resposta única. Pelo contrário: cada aproximação produziu novas bordas, novas tensões, novos modos de olhar. Tal como descrevem Deleuze e Guattari (1995) nos *Mil Platôs*, o pensamento não avança por centros estáveis, mas por “zonas de vizinhança”, por conexões provisórias que se fazem e desfazem. Foi nesse regime de vizinhança, entre teoria e experiência, entre corpo e conceito, que este estudo pôde se realizar. De qualquer modo, cabe destacar que as trajetórias discursivas aqui apresentadas evidenciam tanto a internalização de estigmas quanto a produção de fissuras nesses mesmos discursos estigmatizantes. Ao narrar suas histórias, esses sujeitos não apenas relatam experiências, mas reconfiguram sentidos sobre trabalho, família, pertencimento territorial e direitos sociais.

Em termos de resultados, este estudo não pretende esgotar a complexidade do tema abordado. Pelo contrário: concebemos nosso gesto cartográfico situado, atravessado por afetos e afecções, pontos de vista e escolhas analíticas, como um esforço inicial cuja pretensão é a de, tal como sugere a Linguística Aplicada Indisciplinar, idealizada por Moita Lopes (2006, 2022), entender que “o que está à margem é iluminado, não só porque, sendo fenômeno social, deve ser estudado, mas também porque pode apresentar alternativas para a compreensão do nosso mundo” (Moita Lopes, 2022: 20-21).

Diante de tal panorama, apontamos a necessidade de novas pesquisas que aprofundem as articulações entre linguagem, políticas públicas e formas de habitar a cidade, especialmente aquelas que dialoguem com outros territórios de ocupação urbana e que considerem perspectivas interseccionais, como gênero, raça, sexualidade e questões demográfico-geracionais. Ademais, acreditamos que investigações futuras possam explorar de maneira mais sistemática os efeitos da circulação dessas narrativas em outros espaços sociais — acadêmicos, midiáticos e institucionais — contribuindo para ampliar o debate público sobre o direito à moradia e sobre a urgência de políticas que reconheçam a dignidade de todas as vidas.

Este artigo, ao cartografar discursos, encontros e experiências no IBGE-Mangueira, dá um primeiro passo nesse sentido e reafirma o compromisso ético-político de produzir conhecimento com, e não apenas sobre, aqueles que insistem em se equilibrar sobre os escombros, a transformarem espaços abandonados em lar, a deslocarem e realocarem sentidos sobre as experiências que os atravessam e as carências que enfrentam, a aprenderem uma nova gramática: a da ética da sobrevivência.

Referências

ABRAHÃO, A. L. *et al.* 2013. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. *Lugar Comum* (UFRJ), v. 1, n. 39, 133-144.

AUSTIN, J. L. 1962/1990. *Quando Dizer é Fazer*. Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes Médicas.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. 1990. Poetics and Performance as Critical Perspectives on Language and Social Life. In: Coupland, N.; Jaworski (org.) *The new Sociolinguistics Reader*. New York: Palgrave Macmillan. 607-614.

BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 de março de 2023.

BUTLER, J. 1997. *Excitable speech*. Politics of the performative. New York: Routledge.

BUTLER, J. 1990. *Gender trouble. Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.

BUTLER, J. 2015. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1995. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.

FABRÍCIO, B. 2016. Mobility and discourse circulation in the contemporary world: the turn of the referential screw. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 40, 129-140, jan./jun.

FOUCAULT, M. 1976/1988. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

GOMES, M. P.; MERHY, E. 2014. *Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental*. Porto Alegre: Rede UNIDA.

GRAÇA, Cláudia; GONZALEZ, Clarissa. 2021. Cartografia performativa: proposta de metodologia qualitativa para as ciências humanas. *Revista InterFACES*, v. 31, n.1, 150-173

GUIMARÃES, T. F.; MOITA LOPES, L. P. 2016. Entextualizações estratégicas: performances sensualizadas de raça em práticas discursivas na Web 2.0. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 16, n. 2, 289-307, maio/ago.

MOITA LOPES, L. P. 2006. *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola.

MOITA LOPES, L. P. 2022. *Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe*. São Paulo: Parábola.

NAÇÕES UNIDAS. 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 13 de novembro de 2025.



ROLNIK, S. 1989/2006. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SILVA, D. 2014. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão/SC, v. 14, n. 1, 67-84, jan./abr.

SILVERSTEIN, M; URBAN, G. 1996. *Natural histories of discourse*. Chicago: The University of Chicago Press.

TSING, A. L. 2015. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton University Press.